

Elementos para uma análise da comunicação na América Latina: perspectivas para os anos 90

Principles for a Latin America
communication's analysis:
perspectives to the 90's

*Regina Dalva Festa**

* Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Professora da Pós-Graduação em Comunicação Social no IMS.

Resumo

Esse trabalho pretende repassar alguns ideais da comunicação nos anos 80, analisar os novos processos comunicativos com as eleições presidenciais democráticas e apontar algumas diretrizes teóricas para essa década.

Palavras-chaves:
telecomunicações,
América Latina

Abstract

This study intends to review some ideals held in the 80's and to analyze the new communication processes brought about by democratic elections and to pose some questions to this following decade.

Key words:
telecommunications, Latin
America

Na chamada “década perdida”, título cunhado pelos econométricos para os anos 80, os latino-americanos construíram experiências inéditas: governos eleitos democraticamente em quase todos os países da região, conquista de direitos civis e políticos como em nenhum outro momento da história do continente, capacidade de organização social e de ousadia cívica, fazendo emergir novos atores e sujeitos sociais nos diversos cenários da região, e ainda a construção de uma vasta rede de processos comunicativos dentro e fora das organizações sociais.

Apesar disso, não se pode negar que os latino-americanos estão mais pobres na sua maioria, que o autoritarismo econômico se acentuou com a adoção do neoliberalismo e que, no campo das comunicações, os anos 80 foram marcados pelo maior avanço tecnológico de todos os tempos, introduzido de forma desigual pelo continente. Implantaram-se normas hegemônicas e formadoras de valores sociais e estéticos, orientando o consumo e a construção sistemática e cumulativa de valores simbólicos.

Com base nessas constatações, este trabalho pretende repassar alguns ideais da comunicação nos anos 80, analisar os novos processos culturais e comunicativos com as eleições presidenciais e democráticas e apontar algumas questões para esta década. Como disse Groucho Marx, “o futuro não é mais o que era”. Com efeito, iniciou-se na América Latina o rito da passagem à maturidade, a busca de novos caminhos dentro de um quadro de mudanças complexas, pluralistas e agora mais exigentes.

Anos 70 e 80, tempos de utopia e de racionalidade

Uma análise cuidadosa das ações e pesquisas sobre comunicação e movimentos sociais nas décadas passadas mostra que estive-

mos polarizados entre a construção de utopias libertárias (motivadas especialmente pelos processos revolucionários centro-americanos e o cubano), o desenvolvimento (concebido como estratégia para conquistar a sociedade de direitos) e a crítica sobre o novo período histórico que emergia dos autoritarismos e do liberalismo.

Isso ocorreu na maioria dos países onde o Estado se divorciara da nação, quer fosse por regimes de força ou por uma nova postura liberal do Estado moderno, transformado em sócio do poder econômico nacional e internacional. Nessa condição, os processos comunicativos ocorriam no interior da sociedade civil (onde se construía uma outra hegemonia) que se confrontava frontalmente com o poder institucional do Estado.

A partir das utopias de mudança, da contestação e da reivindicação, emergiram na América Latina os mais inovadores processos comunicativos envolvendo diferentes sujeitos sociais em todo o continente. Na prática, essas experiências passaram por meios impressos (artesanais e semi-industriais), meios eletrônicos (rádio, vídeo, televisão e cinema), por manifestações culturais (inclusive folclore), pelo teatro, a literatura e, especialmente, através da música e do humor. Toda essa emergência contestatória envolvia movimentos populares e organizações sociais, instituições para o desenvolvimento e, inclusive, centros de pesquisa e formação. Negros, mulheres, indígenas, ecologistas, comunidades de base, grupos comunitários, operários, trabalhadores urbanos e rurais, movimentos de defesa do consumidor, crianças de rua, grupos culturais, estudantes, equipes esportivas e partidos políticos envolveram-se em ações comunicativas sem precedentes na história latino-americana.

Pode-se afirmar que as ações utópicas foram motivadas e influenciadas por três vetores: um que vinha de uma pretensa reapropriação de Gramsci e do nacional-popular; outra que se pautava pela influência organizativa do leninismo oficial; e uma terceira, apoiada na concepção de um novo desenvolvimento auto-sustentado.

Nesse período, parte significativa dos movimentos sociais se concebiam como contra-hegemônicos e aspiravam alterar as estruturas sociais existentes. A influência gramsciana recortou a prática dos movimentos, principalmente aqueles apoiados pelas igrejas progressistas. Como se sabe, na perspectiva gramsciana as massas seriam liberadas refazendo a memória em sentido contrário ao da classe dominante. Para Gramsci, memória não era recuperação da tradição, mas recomposição de um corte histórico-cultural de clas-

se, o que poderia ser feito com a participação do intelectual na organização da cultura e da sociedade civil. Os intelectuais deveriam renunciar ao elitismo teórico e ajudar as massas a construir um outro projeto de sociedade nacional-popular que, na América Latina, parecia encaixar-se com os tempos de autoritarismo. Ditos movimentos, estavam investidos de uma variável própria da racionalidade política e nem sempre (ou poucas vezes) atuavam de forma autônoma.

Dentro dessa perspectiva, José Joaquín Brunner argumentou que “esses movimentos acabaram apanhados pela lógica de transformar o minoritário em majoritário, ou pelo menos de ampliar o círculo de seus consumidores e de intervir na opinião pública com efeitos expansivos de poder.”¹ E, se não fosse assim, eles não poderiam postular-se como contra-hegemônicos.

Pelo menos dois fenômenos ocorreram dentro desses processos: a passagem entre os autoritarismos e a democratização que desbloqueou a sociedade civil não criaram necessariamente as condições objetivas para a retomada de um processo comunicativo livre. Os movimentos estavam ainda profundamente identificados com os inimigos depostos e faltavam, portanto, as condições subjetivas para que eles pudessem analisar e conduzir racionalmente as novas realidades. A denúncia e o reivindicacionismo continuaram sendo a matéria-prima da base organizativa. Além disso, o desbloqueio da sociedade civil deixou latente uma certa irracionalidade e um certo fechamento com relação ao novo que surgia.

Como argumentou Sérgio Paulo Rouanet, para as subculturas jovens a política passou a ser experimentada como se fosse inimiga da vida; para alguns teóricos da comunicação, ela estava a serviço de um projeto de nivelamento e de expulsão da espontaneidade popular; para certos dirigentes políticos, ela era o álibi com que os intelectuais justificavam suas ambições de poder; para muitos, o fazer político estava encarnado em modelos estrangeiros que queriam desfigurar a autenticidade nacional.²

Outro fenômeno foi o reducionismo à fórmula de que a prática contém sua verdade imanente e dispensa toda teoria ou pressupõe apenas uma teoria que nasça da própria prática. Com efeito, a década de 80 formou inestimável quantidade de militantes e agentes sociais, líderes de comunidades, sindicatos e partidos políticos acostumados à reflexão a partir de meios alternativos sobre materialismo histórico, deixando em aberto, livre, o terreno da confron-

tação ideológica com o projeto cultural burguês e com a indústria cultural. Com essa prática, ficou ainda de fora toda a possibilidade de análise histórica da cultura, da sociedade liberal e da democracia em sistemas de governo como os que se implantaram com a democratização.

Outros movimentos pautaram-se pelo viés do economicismo, pela construção de processos políticos fortemente influenciados pelo marxismo-leninismo que foi o modelo escolhido por sindicatos e movimentos populares relacionados com eles, onde a organização tinha como fim o partido político. Processos como a revolução nicaraguense, a guerrilha salvadorenha, a busca de recuperação democrática na Bolívia, a abertura brasileira, a crise argentina, a ousadia dos chilenos influenciaram as utopias políticas libertárias em todo o continente.

Nesse caso, tanto o viés do economicismo como a organização baseada nos princípios do leninismo oficial construíram estruturas verticais de poder que estabeleciam um modo de funcionamento baseado no dirigente e onde o exercício democrático era posto como um modo de funcionamento das estruturas. A hierarquização e a burocratização operaram pela disputa de cargos e pelo “controle” das formas ditas democráticas de participação. Como consequência, as experiências de comunicação alternativa e popular constituíam-se, na maioria dos casos, como ação instrumental e como parte do aparato institucional do fazer político. O economicismo e as concepções políticas foram incapazes de incorporar a cultura como esfera de poder.

Finalmente, o desenvolvimento e a cooperação promoveram um recorte de ações nas áreas sociais, políticas e culturais por todo o continente. Com apoio internacional, surgiram cerca de 6 mil ONGs, organizações não-governamentais³, que reuniram em associação os intelectuais e profissionais aliados dos aparatos oficiais, organizações urbanas e rurais, grupos de interesse e movimentos que haviam nascido da ação da Igreja.

O pressuposto da ajuda era o mesmo do final da Segunda Guerra, isto é, ajudar aos países devastados a promoverem o desenvolvimento. Tanto os programas como a parte das estratégias dos financiadores públicos tinham por objetivos fornecer material moderno e recursos financeiros e humanos que pudessem levar à “decolagem” econômica do desenvolvimento. Assim, através das ONGs constituíram-se grupos e instituições preocupados com a promoção humana, direitos humanos, dívida externa, meio ambi-

ente, minorias, grupos étnicos, pequena empresa e principalmente com a educação.⁴

As ONGs atuaram na última década em praticamente todas as áreas de reorganização das sociedades latino-americanas, inclusive em programas estratégicos para os novos governos, pesquisa e junto aos *media*. Assim, revelaram a diversidade, a pluralidade e a complexidade de interesses embutidos na nova fase.

Com relação ao uso dos *mass media*, as ONGs latino-americanas na década de 80 promoveram uma vasta apropriação de meios em favor da sociedade civil. Não só o mimeógrafo, mas algumas gráficas foram implantadas. Com relação à radiodifusão, surgiram emissoras populares de rádio, programas sobre o desenvolvimento (e de ação política) em quase todo o continente e, em especial, na área rural e indígena, junto a sindicatos e movimentos populares. Muitas delas transformaram-se em centrais de atividades locais (ou regionais) de educação para o desenvolvimento. Com relação ao uso da imagem, surgiram os projetos de vídeo, mas a TV (e o acesso a ela) não foi considerado prioritário.

Assim, não se pode afirmar que as ONGs estiveram sensibilizadas para os problemas emergentes que a implantação das novas tecnologias de comunicação implicavam para a América Latina. Os processos comunicativos e mesmo a formação das redes (de comunicação popular, de rádio através de cooperativas, ou de vídeo, mais recentemente) estiveram voltados quase que exclusivamente para a organização da sociedade civil. Os manuais do “como fazer” (boletins, jornais, murais, programas de rádios e de vídeo) privilegiaram o uso da técnica sobre o conteúdo, geralmente de caráter localista, onde se mesclaram em muitos casos os interesses imediatos de um sindicato, do partido, reforçando a ação instrumental dos meios.

Em torno das ONGs reuniram-se também grandes intelectuais latino-americanos, jovens formados das diversas áreas do conhecimento (médicos, engenheiros, cientistas sociais e políticos, economistas, antropólogos, educadores, jornalistas, filósofos, cineastas e outros) e dirigentes sindicais, partidários, líderes de comunidades e de movimentos étnicos, de mulheres e outros. Na maioria dos países, formaram-se importantes centros de informação e pesquisa, possibilitando no final da década a formulação de estratégias sociais mais amplas para as sociedades democráticas emergentes da América Latina.

Sindicatos, partidos e ONGs compuseram um tripé que se interagiu nem sempre de forma harmônica (às vezes com grandes

conflitos onde o consenso não era possível), promovendo uma circulação indemonstrável de pessoas, idéias, construção simbólica, novas informações e, principalmente, promovendo a organização nas mais diversas esferas públicas dos movimentos sociais e a conquista dos direitos civis e políticos.

No plano da cultura e da comunicação, as influências e o viés vieram de pelo menos três lados: da chamada comunicação popular e alternativa, de um cerco comunicacionista distanciado da prática e de uma análise crítica dos processos sob a ótica dos frankfurtianos e da indústria cultural.

Sempre pareceu claro que falar de comunicação popular e alternativa era caminhar por um terreno de definições parciais. O que se buscava com algum rigor era compreender esse novo fenômeno na vida dos latino-americanos e caminhar junto na busca comum das utopias libertárias. Essencialmente, essa comunicação a partir do social buscava alterar o injusto, alterar o opressor, alterar a inércia histórica que impunha dimensões sufocantes, através de uma vocação libertadora que se nutria por uma multiplicidade de experiências comunicativas.⁵

Foi justamente essa multiplicidade que levou vários autores e pesquisadores de comunicação, educação e cultura a tentarem defini-la no começo da década.⁶ Cada definição estava motivada por um corte político, que tentava relacioná-la com um modo específico de conceber o social e as mudanças, através de análises sobre meios, conteúdo, caráter, níveis de participação, sentido, função, estilo, protagonismo e outros. Pode-se dizer que três autores pautaram as discussões sobre o processo comunicativo nas organizações sociais de base: Paulo Freire (o método de educação), Gramsci (uma releitura clássica foi o texto “Notas para una teoria de la comunicación popular”, escrito por Gilberto Giménez⁷) e Lênin (sobretudo o livro *Que fazer?*; alguns setores adotaram ainda o *Modos de vida*, de Trotski). Paulo Freire e Gramsci subsidiaram, por exemplo, parte substantiva das discussões e estudos realizados a partir da prática da educação popular, das comunidades de base e da teologia da libertação, principalmente no Brasil, Chile, Nicarágua e El Salvador. Observa-se, assim, um arcabouço teórico de sustentação (às vezes lido e interpretado com pouco cuidado) que encerrava a organização em si mesma, ou em espaços limitados, apesar dos esforços para construir-se uma outra hegemonia.

O viés comunicacionista veio principalmente do lado dos intelectuais. Por maiores esforços (reais, sinceros, bem-intencionados, ousados) a pesquisa e as discussões sobre comunicação e cultura tiveram relativa incidência sobre a prática. De um lado, porque a prática supria-se a si mesma (e alguns intelectuais foram coniventes ou submetidos pelas estruturas verticais de poder das instituições) e de outro lado porque os fóruns de discussão e os centros de pesquisa (universidades, ONGs de comunicação e esferas da Igreja) na maioria dos casos encontravam-se distanciados da comunidade e do fazer político (à exceção do caso boliviano, onde trabalhadores, ONGs e igrejas juntaram-se em determinado momento num projeto comum de base, sem êxitos efetivos frente à crise econômica).

Com efeito, a década de 80 significou não apenas a emergência dos movimentos sociais e de processos comunicativos como foi vanguarda nas discussões sobre a Nova Ordem Mundial da Comunicação e da Informação (Nomic). Os estudos e as discussões motivados pelo Relatório McBride trouxeram à tona importantes reflexões a respeito da interdependência, da implantação de tecnologias nas áreas de informática e telecomunicações, sobre as mediações culturais com a instalação crescente da indústria cultural e, finalmente, sobre as consequências da condução das relações globais de comunicação entre os seres humanos.

Há quase dez anos, durante o encontro “Comunicación alternativa y búsquedas democráticas”, Fernando Reyés Matta se perguntava:

Es lo alternativo una circunstancia o un proceso que se amplifica en la hora de las recuperaciones democráticas? De qué ha servido la expansión acelerada y atraente de la televisión por toda la región latinoamericana? Es necesario – argumentava Reyes Matta – tener los ojos y oídos muy abiertos a lo que está sucediendo en los espacios de lo imaginário popular en las aspiraciones, la memoria colectiva y en los propios valores de las grandes mayorías postergadas.⁸

Quase na mesma época, portanto há uma década, Máximo Simpson Grinberg, com apoio da Universidade Nacional Autônoma do México, compilou no livro *Comunicación alternativa y cambio social* o estudo de vários pesquisadores latino-americanos (entre eles, Jesús Martin Barbero y Javier Esteinou Madrid).⁹ Esteinou procurava mostrar que o hermetismo da ação do aparato da cultura de massa

incidiria sobre o projeto proletário e que era urgente a busca de novas formas e estratégias de comunicação alternativa.¹⁰ Jesús Martín Barbero, que já enunciava os princípios do que veio a ser a teoria das mediações, argumentava que são as práticas populares

que nos muestran hacia donde deben apuntar las propuestas de una comucación que se quiere realmente alternativa. Esto es, que no quiera tapar con ruido tecnológico y consignas populistas el empobrecimiento y la miseria comunicativa que paradójicamente la comunicación popular hace visible.¹¹

Diego Portales, por outro lado, advertia sobre a implantação do aparato transnacional de comunicação pelo continente, com sua lógica comercial, e sobre a insuficiência de políticas nacionais de comunicação, alternativas ao modelo transnacional imperante.

Nuestra hipótesis, argumentava, es que la comunicación alternativa es capaz de superar el cerco ideológico que le impone el predominio transnacional a condición que cumpla los siguientes requisitos: primeiro, que sea capaz de articular flujos de comunicación horizontal y vertical; y segundo, que logre articular las formas de producción artesanal e industrial.¹²

Para Portales, a democratização das comunicações deveria ser um conceito central da comunicação alternativa.

Democratizar significa hacer que el derecho a la comunicación esté garantizado por todos, que no sea el privilegio de una minoría, menos aún si ésta se constituye a raíz de su poder económico.¹³

Em 1981, em São Paulo, a Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) promoveu um ciclo de estudos sobre “Comunicação, hegemonia e contra-informação”, com a participação de 125 pesquisadores e profissionais da comunicação do Brasil e de alguns países da América Latina. Aí foram enunciadas e discutidas as possibilidades de “brechas” nos *mass media* para a sociedade civil e o papel dos *media* na sociedade contemporânea. Carlos Eduardo Lins da Silva argumentava que

exatamente porque os meios de comunicação de massa passaram a ser entidades orgânicas para o funcionamento do modo de produção capitalista e a desempenhar funções estruturais para a

reprodução do capital em sua fase atual (...), não se pode conceber sua transformação sem que ocorra uma mudança geral da formação social. Mas isso não porque os meios de comunicação (e a produção cultural como um todo) sejam *reflexo* da atividade econômica, como querem os mecanicistas, e sim, pelo contrário, porque eles (como a atividade cultural como um todo) não podem ser alterados sem que provoquem alterações no conjunto da sociedade.¹⁴

Ao longo de toda a década, os defensores de uma dialética negativa, colocada em marcha pelos frankfurtianos e pelo culto do pós-industrialismo argumentaram finalmente que, apesar das maiores postergadas, caminhávamos para uma racionalidade comunicativa (com o avanço das novas tecnologias) que nos colocaria a reboque do projeto global.

Todas essas problemáticas foram amplamente questionadas pelos antropólogos e estudiosos da cultura em relação aos *mass media*. Mas, com raras exceções, a cultura na década de 80 foi relegada a uma condição menor pela ação política dos movimentos sociais. Como disse Nestor Garcia Canclini, “é preciso reconhecer que até agora as classes dominantes foram muito mais conscientes que as subalternas do poder contido na cultura”.¹⁵ Em relação ao racionalismo político da prática social, autores tão distintos como Jesús Martin Barbero, José Joaquim Brunner, Roberto DaMatta, Carlos Monsivais e Beatriz Sarlo tentaram mostrar, com uma dialética positiva, que a diversidade, a complexidade, a desterritorialização, as contradições dos povos, regiões, etnias e os interesses múltiplos que movimentam e articulam as identidades estão ainda por serem integrados (e estudados com maior seriedade) por aqueles que estão no exercício cotidiano do fazer político.

No caso brasileiro, para citar um exemplo, Roberto DaMatta¹⁶ não só apontou a existência cultural de dois Brasis, que vivem temporalmente em horários diferentes, como mostrou o conjunto de valores da identidade brasileira em relação ao espaço da casa e da rua. A casa é o sagrado, a harmonia, a supercidadania, reconhecida solidariamente por todos, pelos amigos e compadres. Política no Brasil, entendida como o exercício do conflito, não se faz nos locais sagrados da casa, ou seja, no quarto ou na cozinha. Política, quando remetida ao espaço da casa, se faz na varanda ou no quintal, reconhecido como um espaço intermediário com a rua. Já a rua é o mundo exterior que se mede pela “luta”, pela competição e pelo

anonimato cruel de individualidade e indivíduos: local onde ninguém nos respeita como “gente” ou “pessoa”, como entidade moral dotada de rosto e vontade. Só o relacional junta casa e rua: o *prazer* (carnaval, futebol) e a *religião* (procissões, concentrações, rituais diversos). Portanto, rua e casa como espaço de ação política foi a grande mudança dos anos 80, mas certamente, acompanhando as análises dos antropólogos brasileiros, não foi a racionalidade política que provocou tais mudanças.

Responder a essa e outras questões é um grande desafio para a década, para a comunicação, para os movimentos sociais e para as instituições que re-fazem a política em tempos democráticos.

Eleições presidenciais: a domesticação das utopias?

Não foi só no Brasil que o povo foi maciçamente para a rua. E nem só as eleições presidenciais por todo o continente motivaram as grandes concentrações ao longo da década, como a guerra das Malvinas (Argentina), o plebiscito (Chile), o fechamento das minas (Bolívia), a campanha Diretas Já (Brasil), a rebelião contra o pagamento da dívida externa (Venezuela), a invasão de Quito pelos indígenas (Equador), para citar alguns exemplos.

Tudo indica que a lógica da política e os signos da opressão foram condições necessárias mas não suficientes para explicar a alteração de comportamentos. Cada uma dessas mobilizações (e outras motivadas por grupos de interesse) implicaram em conquistas sociais e políticas e em fissuras no poder do Estado. Pode-se dizer, ainda, que toda essa ousadia cívica implicou num redimensionamento do espaço público, transformado em local de encontro do possível e por isso tângido de atos revolucionários a festas populares, simultaneamente: a política começava a ter “sentido” para grupos e movimentos dos mais diferentes interesses e ideologias, que ousaram questionar e exigir a partir das ruas e praças.

Nesse sentido, as eleições presidenciais tiveram um significado maior para os latino-americanos: foram verdadeiros momentos de ruptura no Chile, México, Brasil, Peru, Nicarágua, Haiti, República Dominicana e Colômbia, onde emergiram as diferenças, os conflitos, os interesses, as paixões e os consensos. Toda a cultura não-oficial, antiautoritária, encarnada nos mais variados movimentos, grupos, instituições e pessoas embuídas de um projeto alternativo juntaram-se nas ruas na expectativa de mudança. Certamente,

em nenhum outro momento o processo comunicativo foi mais efervescente.

Só que um outro personagem político entrava em cena: os *mass media*, com a televisão em primeiro lugar. E com ela, a política espetáculo, desorientando os políticos, as instituições e o próprio modo de fazer política dos movimentos sociais. De repente, os setores progressistas, a esquerda e os líderes populares se deram conta de que na chamada “década perdida” tinha se viabilizado na América Latina a implantação da maior e mais complexa rede de comunicação.¹⁷

Percebeu-se então que todo esse desenvolvimento, implantado de modo desigual, contrariava toda intervenção pública corretora do processo democrático. Percebeu-se ainda que uma outra lógica atuava na política através dos *mass media* e que, apesar de todos os esforços, a vasta rede de comunicação alternativa não estava preparada para enfrentar o poder catalisador dos *media*, a nova ética jamais discutida que, lentamente, se apropriava do espaço público e o devolvia para o interior das casas. A televisão não só refazia a imagem dos líderes políticos, a lógica do discurso, como as campanhas eleitorais acabaram promovendo uma vasta rede de empréstimos dos *mass media* (atores, apresentadores de programas, símbolos populares) empregados como *performances* de legitimação do novo exercício da política.

Analisando as eleições no Brasil, Argentina e Peru, Beatriz Sarlo perguntou

o que se passa quando toda esta parafernália ocupa o lugar da política? Quando a estética da televisão e da publicidade propõe seu modelo à esfera pública que se tornou mass-mediatizada (...) quando as formas discursivas, “intelectuais” são desprezadas por um populismo comunicacional que copia as estratégias dos *mass media*?

Para Sarlo, todo esse jogo de performance que obrigou a política a adequar-se à técnica, a adequar os meios com relação aos valores e a decidir quando existem ou não os conflitos levou intelectuais e políticos a imaginarem que era possível construir pontes entre sociedade, saber e política enquanto instâncias constitutivas.¹⁸

Com efeito, mudou a partir daí a relação dos políticos com os *media*. Percebeu-se (quase no estilo mcluhaniano) que os meios podem interferir na política, reorganizar o espaço de confrontação e dos conflitos e, principalmente, que podem eleger certos candidatos (radialistas, apresentadores de programas televisivos, enfim, gente

que se faz pública para a opinião pública). Só que, diferentemente do que ocorreu na Europa e Estados Unidos, a sociedade civil estava desguarnecida do direito de acesso aos meios de comunicação, controlados (84%) no continente pelo capital privado, segundo dados da Unesco. Fundamentalmente, constatou-se sob a ótica da política que a sociedade de massa (tantas vezes anunciada) não era mais uma questão teórica.

Conquistada a democracia formal (ou reconquistada para alguns países) quase toda América Latina recolheu-se. Os novos planos de ajuste econômico impuseram maiores sacrifícios aos latino-americanos, deixando claro que a democracia formal com a economia de mercado requer novas estratégias. A esquerda (maior derrotada das eleições presidenciais) encontra-se friccionada pelas mudanças no Leste Europeu e dividida em torno da sociedade pluralista que emerge diversificada e com maior autonomia por todos os lados.

No Brasil, três pesquisas realizadas recentemente dão uma mostra do quadro nacional. Em 1987, portanto dois anos antes das eleições presidenciais, os brasileiros responderam a duas perguntas: quais instituições têm mais prestígio e mais poder? As emissoras de TV ganharam em primeiro lugar, com 81% em prestígio e 80% em poder. As multinacionais ficaram com 75% de poder e 60% de prestígio. Os políticos receberam 52% de poder e 37% de prestígio.¹⁹ Em 1990, outra pesquisa nacional mostrava (depois das eleições presidenciais) que 48% dos brasileiros já não confiavam na televisão e que 76% não confiavam mais nos políticos.²⁰ Não se pesquisou a confiabilidade das multinacionais. Em 1991, outra pesquisa nacional mostrava que dos 75 milhões de eleitores brasileiros que haviam votado para presidente, 40% eram analfabetos ou semi-analfabetizados.²¹

Por tudo isso, é possível chamar os anos 80 de década das utopias, juntamente com década perdida. Convém, nesse caso, retomar a distinção que Roger Bastide estabelece entre o “sagrado selvagem” e o “sagrado domesticado”. O primeiro seria um tipo de manifestação social explosiva, efervescente, difícil portanto de ser canalizado e contido. O segundo representaria a ordem da instituição, uma vez que controlaria o elemento “utópico” no interior de sua órbita de racionalidade. Pode-se, então, afirmar, como o faz Renato Ortiz, “que a aproximação de um ‘capitalismo domesticado’ institucionaliza, coloca limites às ilusões de um ‘passado selvagem’

que nele encerrava a efervescência de toda uma sociedade em busca de seu destino”.²² A questão agora é saber em que ponto da História chegamos. E talvez convenha não esquecer, como sinaliza Roberto DaMatta, que é hora de aprender a “ler” e a interpretar a História por outros caminhos que não sejam exclusivamente os da linguagem oficial que se forma no espaço generalizado da rua, das instituições públicas “e que sempre apresenta um discurso politicamente sedutor, pois que sistematicamente normativo”.²³

Anos 90, democracia ou autoritarismos simulados?

Está claro que a situação atual é bem mais complexa, e que não elimina a necessidade de contestação e de crítica. Como argumentou Brunner

em vez de um jogo bipolar entramos agora num jogo de múltiplos atores, dimensões e conteúdos, onde inclusive as regras e os limites se tornaram mais ambíguos e, portanto, perdem rigor. A democracia deveria significar, em todas as partes, um aumento da comunicação social e não sua diminuição. Um incremento da argumentação e da crítica e não sua retração.²⁴

Brunner sugere que esta nova etapa deve, antes de mais nada, reforçar a autonomia dos movimentos e das instituições, dos seus valores e procedimentos, enfim, a independência da sociedade civil em relação ao poder do Estado.

Está claro ainda que a cultura de massa, nacional e popular, ou pretensamente gramsciana, é muito mais complexa do que se pensou a anos atrás. E que, como demonstrou Martin Barbero, há uma permanente mediação (ou massmediação) entre o que ocorre no mercado, numa praça pública, nas eleições com seus ritos e o que passa a televisão. Por outro lado, a crise dos partidos políticos e a carência de uma interpelação sobre o popular (aliadas à própria lógica do mercado no neoliberalismo) vão facilitar aos *mass media* converterem-se em agentes impulsionadores de identidades sociais (e locais). Com efeito, é da natureza expansionista dos *mass media* a interferência no debate social e político; é da natureza da televisão (um meio modulado pelo liberalismo) a espetacularização da política; é função dos meios a convocação de líderes de opinião (confundindo a qualidade dos discursos).

Tudo isso nos leva a questionamentos bem mais complexos. Como se dará a incorporação das sociedades latino-americanas à modernidade, sob o impulso do liberalismo e da integração ao mundo internacional? Esse embate, que já está colocado, requer fundamentalmente que repensemos a democracia

como o único marco de procedimentos, comportamentos e valores que permite a uma sociedade diferenciada organizar-se politicamente e autogovernar-se. Significa repensar as relações entre democracia, mercado e Estado em função das exigências de uma racionalidade comunicativa através da qual publicamente se afirmam valores capazes de obter um consenso argumentado e politicamente elaborado.²⁵

Como se dará a construção do alternativo na democracia formal? Na década passada, a comunicação alternativa (localista e política) se dava em conjunto com diversas instituições sociais, tornando as coisas públicas e compartilhadas socialmente. Todo esse procedimento está em cheque. A comunicação interpessoal (que continua sendo importante) já não se satisfaz com a ação política grupal. Cada vez mais as coisas públicas são (ou não) mediadas pelos meios de comunicação (comunitários ou massivos), onde por fim se constitui a própria dimensão pública da sociedade. Assim, já não é mais possível imaginar que desde o alternativo se pode atacar a “cultura oficial” apenas com novas linguagens e novos conteúdos ou com a mística do marginal ou do excluído. E, certamente, tudo isso implicará na organização de instituições fortes (e talvez mais conservadoras), porém com capacidade de alterar a percepção e o imaginário.

As duas questões anteriores nos levam à terceira: como construir uma sociedade civil autônoma, quando a dimensão pública é cada vez mais controlada pelos *media* privados? Tudo isso significa repensar o papel dos *media*, o direito de ser ente público conferido com o direito de cidadania e, fundamentalmente, repensar o conceito de serviço público atribuído pelo Estado aos *mass media*, em especial à televisão.

Finalmente, as sociedades democráticas emergentes terão que redefinir o papel do Estado, já que o Estado populista está em crise. No campo da comunicação, mais do que nunca, o Estado deve ser convocado a impor regras que regulamentem o direito da sociedade

civil de acesso, produção e propriedade dos meios de comunicação, direito de proteção da indústria cultural local e direito à cultura nacional. Caso contrário, estaremos construindo apenas uma democracia simulada e mediada por outras formas de autoritarismo.

NOTAS

01. José Joaquim Brunner, "Seis perguntas a José Joaquim Brunner". In: *Revista Cultural de Crítica* (Santiago, nº 1, maio de 1990).
02. Sérgio Paulo Rouanet, *As razões do Iluminismo* (São Paulo, Companhia das Letras, 1987), p. 17.
03. Henry Helmich, "New partnerships in development cooperation", *Reprint Series nº 13* (Paris, OECD Development Centre, 1990), p. 9.
04. *Ibid.*, *op. cit.*, p. 10. "É possível dividir as ONGs em vários grupos, que correspondem, cada um deles, a situações e necessidades distintas. Há o grupo de beneficiários que existe enquanto intermediário formal dos prestadores de serviços. Estes são constituídos pelos financiadores públicos de ajuda e pelas ONGs do Norte. Um outro grupo tem por objetivo reforçar as estruturas para alcançar a auto-assistência no embate cotidiano da população local. Uma terceira categoria é composta por federações de ONGs que querem expressar as aspirações da população em escala nacional".
05. Fernando Reyes Matta (org.), *Comunicación alternativa y búsquedas democráticas* (México, Friedrich Ebert Stiftung/Ilet, 1983), p. 25. Coube a este autor a cunhagem de "alternativa" para comunicação nas esferas da sociedade civil.
06. As instituições e grupos procuravam definir-se ou relacionar-se de alguma forma com os processos emergentes. Ao todo encontramos 33 concepções de alternativo e popular, a maioria relacionada com formas "marginais" de organização, onde a questão política vinha *a priori*.
07. Gilberto Giménez, "Notas para una teoría de la comunicación popular", *Revista Christus* (México, nº 517, 1978). Complementando essa visão, Maria Cristina Mata e Alfredo Paiva, em "Comunicación transnacional versus comunicación popular" (Lima, IPAL, mimeo s/d), afirmaram que a comunicação popular refere-se a uma instância do processo e não a uma atividade autônoma, a partir da qual as classes populares tentam construir as condições para uma mudança social. O popular dessa comunicação, portanto, não se caracteriza pelo tipo de meio que emprega, por seus conteúdos ou produtores (ainda que esses elementos entrem na caracterização), mas sim pelo que busca e pelos esforços políticos e culturais que articula na construção de uma outra hegemonia.

08. Fernando Reyes Matta, *op. cit.*, p. 26-27.
09. Máximo Simpson Grinberg (org.), *Comunicación Alternativa y cambio social* (México, Unam, 1981).
10. Javier Esteinou Madrid, "La utopia de la comunicación alternativa en el aparato dominante de la cultura de masas". In: Máximo Simpson Grinberg, *op. cit.*
11. Jesús Martín Barbero, "Prácticas de comunicación en la cultura popular". In: Máximo Simpson Grinberg, *op. cit.*
12. Diego Portales, "Perspectivas de la comunicación alternativa en América Latina". In: Máximo Simpson Grinberg, *op. cit.*
13. *Ibid.*, p. 73.
14. Carlos Eduardo Lins da Silva (org.), *Comunicação, hegemonia e contra-informação* (São Paulo, Cortez/Intercom, 1982), p. 21-22.
15. Néstor García Canclini, *Encontro de intelectuais pela soberania dos povos de nossa América* (São Paulo, Hucitec, 1982), p. 190.
16. Roberto DaMatta. *O que faz o Brasil, Brasil?* (4ª ed., Rio de Janeiro, Rocco, 1991).
17. Com efeito, assistimos nesse período a um aumento singular de emissoras de televisão (*networks* e TVs regionais), o lançamento de satélites domésticos, a introdução de TVs por cabo, TVs por assinatura, abertura de emissoras em UHF, a formação de redes regionais de televisão, a introdução de parabólicas em todos os países e a entrada indiscriminada de equipamentos de telecomunicações e de radiodifusão através das corporações internacionais.
18. Beatriz Sarlo, "Basuras culturales, simulacros políticos", *Revista Cultural de Crítica* 2 (Santiago, novembro de 1990).
19. Pesquisa DataFolha, *Folha de S. Paulo* (29 de março de 1987), p. A-6.
20. Pesquisa do Ibope, *O Globo* (16 de fevereiro de 1990), p. 7.
21. Esses dados foram revelados pela professora Maria de Magalhães, da Universidade de Brasília (UnB), com base em pesquisa feita pelo Tribunal Superior Eleitoral. Os dados revelavam ainda que dos 75 bilhões de eleitores, 50 milhões não tinham sequer o primeiro grau completo, que é a escolaridade mínima exigida pela Constituição; que apenas 3,7 milhões tiveram acesso à universidade e que 30 milhões de crianças e jovens abaixo de 19 anos de idade encontravam-se fora da escola. O Brasil tem uma população de cerca de 150 milhões de habitantes.
22. Renato Ortiz, *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural* (São Paulo, Brasiliense, 1988), p. 211-212.
23. Roberto DaMatta, *op. cit.*, p. 120.
24. José Joaquín Brunner, *op. cit.*
25. *Ibid.*